

PRÁXIS EPISTÊMICA DA PEDAGOGIA DO TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS À GEOGRAFIA

Rafaela Lopes de Sousa¹ 

Leandro Vieira Cavalcante² 

Destaques:

- A ciência moderna promoveu rupturas entre os conhecimentos científicos e saberes tradicionais.
- A Pedagogia do Território é um método de práxis acadêmica que busca o diálogo acadêmico e popular.
- A realização de pesquisas que se orientem pelas demandas dos sujeitos é urgente na Geografia.
- São necessárias novas epistemes, metodologias e teorias, a fim de construir uma Geografia Decolonial.

Resumo: Busca-se, neste artigo, apresentar um debate introdutório acerca do “giro descolonial” da Geografia, tomando como referência os ensinamentos advindos com a Pedagogia do Território, uma proposta de práxis epistêmica que ressignifica o papel da ciência, da universidade e do saber. Para tanto, discorre-se acerca da Ciência Decolonial, dos propósitos da Pedagogia do Território e de suas contribuições para a Geografia, sobretudo nos âmbitos epistemológico, teórico e metodológico. A Pedagogia do Território exprime-se enquanto uma proposta de método de pesquisa, insurgida pela desobediência epistêmica colonial e pela construção de um projeto popular de Ciência, centrada em perspectivas voltadas para a descolonização dos saberes historicamente tomados enquanto hegemônicos no âmbito da pesquisa científica. Demonstra-se, no artigo, a originalidade da Pedagogia do Território e seu papel no fortalecimento de um outro projeto de Geografia.

Palavras-chave: Ciência Decolonial; Geografia; Pedagogia do Território; Epistemologias do Sul; Decolonialidade.

EPISTEMIC PRACTICES OF TERRITORY PEDAGOGY: DECOLONIAL CONTRIBUTIONS TO GEOGRAPHY

Abstract: The article aims to present an introductory debate about the “decolonial turn” of Geography, taking as a reference the teachings from the Territory Pedagogy, a proposal of epistemic praxis that resignifies the role of science, university, and knowledge. It is discussed by the Decolonial Science, the purposes of Territory Pedagogy, and its contributions to Geography, especially in the epistemological, theoretical, and methodological spheres. The Territory Pedagogy expresses itself as a proposal for a research method, insurgent by the colonial epistemic disobedience and by the making of a popular Science project, centered on perspectives aimed at the

¹ Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: rafaela_lps@hotmail.com

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: leandro.cavalcante@hotmail.com

decolonization of the knowledge historically taken as hegemonic in the scope of the research. The article demonstrates the originality of Territory Pedagogy and its role in strengthening another Geography project.

Keywords: Decolonial Science; Geography; Territory Pedagogy; Epistemologies of the South; Decoloniality.

PRÁCTICAS EPISTÉMICAS DE LA PEDAGOGÍA DEL TERRITORIO: CONTRIBUCIONES DECOLONIALES A LA GEOGRAFÍA

Resumen: En este artículo, se busca presentar un debate introductorio sobre el "giro descolonial" de la Geografía, tomando como referencia la enseñanza de la Pedagogía Territorial, una propuesta de praxis epistémica que resignifica el papel de la ciencia, la universidad y el saber. Para tanto, se discute sobre la Ciencia Decolonial, de los propósitos de la Pedagogía del Territorio y sus aportes a la Geografía, especialmente en los ámbitos epistemológico, teórico y metodológico. La Pedagogía del Territorio expresa mientras una propuesta de método de investigación, insurgente por la desobediencia epistémica colonial y por la construcción de un proyecto popular de ciencia, centrado en perspectivas encaminadas a la descolonización de los saberes históricamente tomados como hegemónicos en el ámbito de la investigación científica. El artículo demuestra la originalidad de la Pedagogía del Territorio y su papel en el fortalecimiento de otro proyecto de Geografía.

Palabras clave: Ciencia Decolonial; Geografía; Pedagogía del Territorio; Epistemologías del Sur; Decolonialidad.

INTRODUÇÃO

Inúmeros esforços estão sendo realizados, dentro e fora do Brasil, no intuito de propor um outro modo de fazer-Ciência, orientado nas e pelas lutas e demandas dos sujeitos e dos territórios. A chamada “Pedagogia do Território” exprime um desses esforços, entendida enquanto método de práxis acadêmica, insurgida pela desobediência epistêmica colonial e pela construção de um projeto popular de Ciência. Trata-se, antes de tudo, de um esforço epistêmico que ressignifica o papel da ciência, da universidade e do saber, questionando os princípios da Ciência Colonial.

Esse modo de fazer-Ciência reconhece, respeita e valoriza o conhecimento dos sujeitos, advindos da experiência, dos sentidos, das lutas, dos afetos uns com os outros e, também, com o território e a natureza, orientando para uma construção compartilhada de conhecimentos entre pesquisa(dor/a) e sujeitos, a fim de que esse conhecimento passe a fornecer uma contribuição real para as demandas levantadas por e com esses sujeitos, valorizando todo tipo de diálogo de saberes e experiências.

A proposta dessa pedagogia resulta de discussões que propõem repensar a Ciência e o paradigma científico da pós-modernidade, discutido por Santos (2007), chamando atenção para a atuação da universidade junto aos sujeitos e territórios na qualidade de compromisso social, ideológico, moral e político. Nesse sentido, o objetivo principal dessa proposta é investigar quais possíveis contribuições a Pedagogia do Território pode fornecer à Geografia, particularmente nos âmbitos teórico, metodológico e epistemológico, apontando para a direção da construção de uma “nova Ciência”, como diz Santos (2018).

Desse modo, busca-se, neste artigo³, apresentar um debate introdutório acerca do “giro descolonial” da Geografia, discutido por Cruz (2017), tomando como referência os ensinamentos advindos com a Pedagogia do Território. Para tanto, discorre-se acerca da Ciência Decolonial, dos propósitos da Pedagogia do Território e de suas contribuições para a Geografia, considerando os aspectos epistemológico, teórico e metodológico. Assim, pretende-se contribuir, mesmo que brevemente, com a discussão recente a respeito da relação entre Geografia, Giro Descolonial, Decolonialidade e Epistemologias do Sul.

Este ensaio foi pensado e estruturado a partir das experiências e metodologias de pesquisa-ação-participativa sistematizadas em Cavalcante (2019) e Sousa (2020), mediante operacionalização da proposta teórica-metodológica fornecida pela Pedagogia do Território. Para tanto, recorreu-se à leitura de autoras e autores que dialogam acerca da Ciência Decolonial e das Epistemologias do Sul, como forma de subsidiar as reflexões sobre as potenciais contribuições da Pedagogia do Território à Geografia. A dialogicidade entre a teoria e a prática nos aponta para a emergência de limites e de novos paradigmas no campo da produção e da socialização do conhecimento científico na Geografia.

APONTAMENTOS SOBRE A CIÊNCIA DECOLONIAL

Diante das realidades empreendidas no campo da Ciência, compreende-se que há uma série de desafios no processo de investigação pelo qual é

³ Trata-se de uma versão revisada e ampliada de trabalho originalmente publicado nos anais do XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, realizado em 2019 em São Paulo, no âmbito do grupo de trabalho “Geografias, Giro Descolonial e Epistemologias do Sul”.

identificado no paradigma científico da pós-modernidade. Discorrendo sobre esse tema, Sousa Santos (2018) realiza algumas discussões relacionadas ao campo científico que nos remetem à críticas profundas em relação à Ciência dominante (de base físico-naturais), bem como à própria Ciência Social, que em alguns vieses se orienta sob a égide da epistemologia positivista e da dita “neutralidade científica”, imbricadas principalmente na narrativa teórica eurocêntrica.

Os movimentos emergentes que surgem na academia no século XX trouxeram uma profunda reflexão epistemológica sobre o conhecimento (SANTOS, 2018), dando origem à correntes de pensamentos, essas baseadas nas prerrogativas da chamada Ciência Pós-Moderna (SANTOS, 2018) ou Ciência Pós-Normal (FUNTOWICZ; RAVERT, 1997), como estratégia de resolução de problemas complexos da realidade social. Nessa perspectiva, para dar conta das complexidades e das subjetividades da sociedade, caberia à Ciência propor mudanças teórico-metodológicas para pensar as questões sociais e os conflitos advindos com a modernidade-colonial de nosso tempo.

Nesse contexto, a chamada Ciência Decolonial, discutida por Quijano (2005, 2007), Lander (2005), Castro-Gómez (2005; 2007), Mignolo (2007, 2008), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Santos (2008, 2013), Santos e Meneses (2010) e Radomsky (2018), entre outros, se configura a partir de epistemologias de cunho emancipatório e se destacam pela ruptura dos ideais hegemônicos instaurados no campo acadêmico. As emergências de tais paradigmas decoloniais se colocam na desconstrução de um marco histórico definido pela modernidade, identificada como “um fenômeno decorrente do neocolonialismo” (LEDA, 2015, p. 112).

Na Ciência Decolonial desdobram-se uma série de posturas para o exercício da “desobediência epistêmica”, caracterizada por “caminhos alternativos, inspirando-nos em postulados epistemológicos das teorias críticas e descoloniais” (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018, p. 357). Portanto, para pensar a Ciência, a pesquisa, o(a) pesquisador(a), os sujeitos sociais e a complexidade das realidades sociais analisadas, precisa-se que sejam considerados os estudos decoloniais que repercutem os processos da emancipação dos povos, particularmente os da América Latina. Trata-se, portanto,

[...] de romper com os discursos de pureza fundamentalistas terceiro-mundistas ou fundamentalistas eurocentristas para descolonizar o imaginário e poder pensar em alternativas possíveis mais justas ao sistema-mundo moderno/colonial (GROSFOGUEL, 2012, p. 355).

Destarte, as nuances das Epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2017) têm se desdobrado em perspectivas pluriepistêmicas, acolhendo saberes que vão para além dos científicos (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018), que se caracterizam pelo diálogo de saberes, materializado através dos criadores de saberes, incluindo aqueles que estão situados em outros campos do conhecimento e que não são considerados acadêmicos, mas que estão alinhados com os saberes populares.

O pensamento que inclui os saberes populares são epistemes que se pautam nas práticas e nos modos de vida, da realidade subjetiva dos sujeitos sociais, visibilizando as experiências históricas dos povos e comunidades tradicionais, que historicamente sofrem profundos impactos de ordem social, ambiental, cultural e político configurando-se, portanto, em territórios em situação de conflito, partindo da imposição de injustiças que seguem o alinhamento do colonialismo. Para tanto, criam-se uma série de teorias, métodos e metodologias que qualifiquem o Giro Decolonial da Ciência (MIGNOLO, 2003), que confronta os pensamentos coloniais postos na academia. Para exemplificar, fazemos uso das bases da Pedagogia do Território.

PEDAGOGIA DO TERRITÓRIO: A PRÁXIS DA CIÊNCIA DECOLONIAL

A Pedagogia do Território se configura pelo viés do pensamento epistêmico, que é desenvolvido em trabalhos acadêmicos pela sua inserção em territórios, *a priori*, em situação de conflito socioambiental. Foi pensada e está em processo de construção pelo Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (Núcleo Tramas), que se constitui enquanto uma “comunidade acadêmica de formação, pesquisa e ação”, afirmam Rigotto, Leão e Melo (2018), ligados institucionalmente ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Nesse coletivo de pesquisa encontram-se professores/as, pesquisadores/as, estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, como Medicina, Enfermagem, Farmácia, Direito, Geografia, Pedagogia, Ciências Sociais, Comunicação, Serviço Social, dentre outros. No grupo, formou-se uma teia transdisciplinar que emerge em uma base sólida de criticidade ao modelo da ciência dominante posto na academia, culminando na formulação da Pedagogia do Território, sistematizada em trabalhos elaborados por Leão, Melo e Gomes (2016), Leão, Melo e Rocha (2016) e Rigotto, Leão e Melo (2018), entre outros.

Reunindo os preceitos do diálogo de saberes, encontram-se imersos na Pedagogia do Território os povos indígenas, afrodescendentes, camponeses, ribeirinhos, pescadores e outras comunidades tradicionais e sujeitos sociais que sofrem embates e conflitos constantes com o Estado e grandes corporações. Isso ocorre porque, de acordo com Leão, Melo e Rocha (2016), é de extrema importância que se leve em consideração o envolvimento de tais sujeitos que são impactados pela situação de injustiça, “reconhecendo-os como sujeitos políticos e epistêmicos” (p. 05), que, por isso devem participar como protagonistas dos processos de pesquisa⁴.

O diálogo de saberes, noção acima supracitada, permite a aproximação com os sujeitos e os territórios, considerando seus conhecimentos historicamente constituídos, que apontam para os limites da Ciência em compreendê-los em todas suas dimensões. Segundo Walsh (2007), trata-se de um novo espaço epistemológico que incorpora os conhecimentos diversos de povos originários, respeitando, neste sentido, a diversidade desses povos, formando um pensamento crítico emancipatório. Temos, nesse sentido, que:

[...] o reconhecimento e a crítica a esses limites epistemológicos e éticos da ciência moderna para a abordagem dos complexos problemas que ela contribuiu para criar têm nos trazido elementos para problematizar essas situações tanto no intuito de avaliar criticamente os pressupostos e métodos de pesquisa, como de incidir nos debates públicos e enfrentar situações de controvérsia com outros membros do campo científico, onde a

⁴ Esse entendimento nos remete à necessidade de ampliar o debate e a compreensão acerca dos processos de silenciamento e subalternização, bem como da relação entre o racismo cotidiano e a produção universitária, discutidos respectivamente por Spivak (2010) e Kiloma (2019), os quais precisam ser incorporados à concepção decolonial de Ciência e de produção do conhecimento.

manipulação da incerteza é estratégia de poder (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018, p. 355).

Por conseguinte, ao se pensar caminhos alternativos para uma ciência comprometida com as realidades sociais, o Núcleo Tramas inspira-se em postulados epistemológicos que trazem as críticas aos enfoques coloniais instaurados em diversas áreas de conhecimento. Compreende-se, nessa perspectiva, que a Pedagogia do Território procura afastar-se da neutralidade científica e aproximar-se da “ciência orientada pelo ativismo”, como propõem Martinez-Alier et al. (2014).

A Pedagogia do Território opõe-se diretamente a dois ideais de universidade: a Universidade Torre de Marfim e a Universidade Operacional, em que a primeira se faz alheia à sociedade e à realidade social, que tem em seu cerne o autoritarismo, o conservadorismo, o empreendedorismo e o individualismo; já a segunda se pauta em uma universidade que se vincula às organizações privadas e à mercantilização das pesquisas que são pensadas para atender às demandas do mercado capitalista⁵. A reação e a insurgência a tais proposições levantam indagações sobre os ideais da universidade que dissocia a teoria e a prática.

Em nossa práxis acadêmica, o tripé universitário ensino-pesquisa-extensão é reconcebido, de modo a situar o pilar da extensão, recriado em co-labor-ação social, como ponto de partida para a pesquisa/construção compartilhada de conhecimentos que, em si, já integra o eixo de ensino/formação (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018, p. 368).

Essa proposta foi se delineando a partir das experiências concretas que foram sendo construídas e experimentadas nos territórios em situação de conflito socioambiental, surgindo através do diálogo com sujeitos, movimentos sociais e populações vulnerabilizadas, sendo capaz de contribuir na construção de uma ciência e saberes emancipatórios, indo contra o caráter totalitário elitista e diretivo da ciência moderna (LEÃO; MELO; ROCHA, 2016). Cria-se, a

⁵ É oportuno mencionar que esses dois ideais de Universidade se alimentam da concepção hegemônica e neoliberal que considera que o conhecimento deve estar a serviço dos interesses burgueses e não das classes populares, conforme denunciado por Chauí (2001) ao discorrer sobre o papel que a Universidade passou a representar no Brasil, particularmente a partir dos anos 1990, com a redemocratização e a expansão do neoliberalismo.

partir disso, laços entre o saber científico e os saberes populares, ancestrais e insurgentes.

Alguns pontos caracterizam a Pedagogia do Território⁶ e suas principais premissas, que são: processos de construção compartilhada dos problemas de estudo, partindo das necessidades de conhecimento dos territórios em conflito, por meio da escuta aos sujeitos; inventividade em metodologias participativas de pesquisa que abram espaço para o diálogo de saberes; experimentação da função social da universidade, para que esteja a serviço das comunidades e movimentos sociais; busca de novas formas de compartilhar/comunicar o conhecimento produzido; validação de outras maneiras de validar o conhecimento produzido, por meio da constituição de uma Banca Acadêmica e Popular; formação contínua e continuada nos territórios e nos coletivos de pesquisa e pensamento.

Desse modo, as contribuições presentes na Pedagogia do Território se verificam a partir da desconstrução de fronteiras que se projetaram durante séculos na universidade. Assim, essa perspectiva é orientada pelas prerrogativas decoloniais, com dimensões epistêmicas que dialogam com a mobilização e as resistências de povos e comunidades tradicionais, que tradicionalmente têm seus direitos usurpados pela inserção capitalista em seus territórios.

A Pedagogia do Território foi se constituindo como práxis intercultural e pluriépistêmica, fazendo dialogar sujeitos, conhecimentos, saberes e fazeres da universidade, da militância dos movimentos sociais, da experiência de moradores e moradoras das comunidades atingidas por injustiças ambientais. Essa práxis, pois, é o que tem embasado nossas escolhas ético-epistemológicas, nos impulsionado na gestação de novas formulações teóricas e metodológicas, fundamentado nossa concepção de formação acadêmica, docente e de pesquisadores críticos e solidários, que atuam na construção de uma ciência e um saber emancipatórios (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018, p. 369).

⁶ A organização inicial da Pedagogia do Território se deu a partir de algumas etapas, que de acordo com Rigotto, Leão e Melo (2018) se destacaram em: a) Construção dialogada dos problemas de estudo; b) Formação de Grupo de Pesquisa Ampliado (GPA); c) Engajamento solidário nas lutas dos sujeitos vulnerabilizados; d) Validação e comunicação do conhecimento construído.

Ao avançar no debate sobre as epistemologias que dialogam com os grupos subalternizados, considera-se a Justiça Epistêmica como um dos aportes que dialoga com as experiências individuais e coletivas de grupos marginalizados/silenciados/excluídos dos debates acadêmicos, conforme defendido também pela perspectiva da Pedagogia do Território. A hierarquia imposta, muitas vezes, pela Universidade, coaduna com princípios e padrões ortodoxos e coloniais, que, segundo Fricker (1998), pode ser considerada como uma “Injustiça Epistêmica”, revelada por meio de formas de dominação impostas por modelos acadêmicos que desconsideram a pluralidade de saberes que advém da experiência e da sociabilidade cotidianas.

Por se constituir a partir de uma dimensão que vai além das imposições e dissociações circunscritas no campo das ciências em geral, a Pedagogia do Território tece esse diálogo com as demais disciplinas, mesmo que sua base tenha se configurado nas Ciências da Saúde. Ao abarcar uma posição pluriépistêmica, depara-se com o campo da Geografia, que ainda se mantém sob diversas amarras vinculadas ao pensamento positivista, enquadrando-se no paradoxo das Ciências Sociais como um todo, com dicotomias que exigem que se faça uma série de rupturas para a compreensão das realidades sociais. Diante disso, destacar tais paradoxos exige uma tarefa complexa de superação dos moldes pré-estabelecidos nas bases epistemológicas da própria Geografia, forjada em concepções eurocêntricas, como evidenciado por Gomes (1996).

CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA DO TERRITÓRIO À GEOGRAFIA

O distanciamento estabelecido entre a Geografia e os sujeitos e territórios reflete-se na sua epistemologia, que revela uma ruptura estabelecida entre o conhecimento popular e o conhecimento científico-acadêmico, cujas pesquisas geográficas nem sempre são pensadas a partir das demandas dos sujeitos e dos territórios, mas sim orientadas por objetivos que não dialogam com a realidade concreta. Nesse sentido, considera-se que a Geografia tem o papel de realizar suas pesquisas por meio do diálogo de saberes para um fim prático, que agregue as formas do pensar, do saber e do fazer geográfico.

É através dessa compreensão que é possível atentar-se para algumas contribuições fornecidas pela Pedagogia do Território à Geografia,

especialmente porque se propõe a compreender o real mediante totalização da teoria e da prática e, cada vez mais, através do diálogo de saberes com os sujeitos e territórios. Os ensinamentos da Pedagogia do Território, que vão para além da simples teorização e possuem uma aplicabilidade prática, permitem à Geografia questionar-se sobre o modo de Ciência que vem produzindo e para quem atende todo o conhecimento geográfico acumulado.

Sob uma leitura das obras de referências sobre a Pedagogia do Território, nota-se que sua contribuição à Geografia se dá em três direções principais: epistemológica, teórica e metodológica, que permitem avançar no debate acerca do giro decolonial da ciência geográfica. Nesse sentido, Cruz (2017, p. 30) afirma que esse “giro decolonial inaugura novas perspectivas epistemológicas, teóricas, metodológicas com grandes implicações éticas e políticas no pensar e fazer geográfico como um todo”.

A contribuição epistemológica diz respeito ao próprio modo no qual está assentado a Geografia, que deve ser questionado e posto em evidência, a fim de se perceber a quem o conhecimento geográfico atende e se ele foi construído em diálogo com os sujeitos e os territórios. Apenas uma epistemologia verdadeiramente orientada para as causas sociais pode produzir uma Ciência que possa ser utilizada em prol do fortalecimento das lutas dos povos, sejam eles do campo, da floresta ou da cidade, revelando a necessidade da construção de “epistemes emancipatórias”, diz Porto-Gonçalves (2017), como bem nos ensina a Pedagogia do Território.

Recorre-se, na Geografia, a matrizes epistêmicas que na maioria das vezes “naturalizam um conjunto de teorias, categorias e conceitos que nos impedem de compreender as especificidades de nossas sociedades” (CRUZ, 2017, p. 25), forjadas sem qualquer contato ou diálogo com os povos, produzindo uma Geografia a-social e a-territorial, que desconhece seu lugar no mundo e seu papel emancipatório na construção de outro modelo de sociedade e de espaço geográfico.

Com isso, é preciso caminhar no sentido de uma ruptura epistemológica imposta à Geografia pelas matrizes clássicas de conhecimento eurocêntrico, importadas para a América Latina sem qualquer contestação inicial. Deve-se, então, caminhar para uma epistemologia geográfica “do Sul”, forjada mediante

nosso próprio contexto socioespacial e ambiental. Milton Santos, apesar de sua base teórica essencialmente eurocêntrica, deu certa contribuição para a construção dessa outra epistemologia geográfica, quando enfoca o papel ativo da Geografia na transformação do mundo em que vivemos a partir de nosso próprio lugar no mundo, conforme defendido em Santos (2000), por exemplo.

De acordo com Cruz (2017, p. 28), “fazer uma geografia inspirada nas epistemologias do sul ainda está por se fazer, apesar dos esforços iniciais [...]”. Dentre esses esforços está a evidente contribuição do geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves, que em sua tese de doutorado⁷, defendida em 1998, destaca o conceito de territorialidade, evocando a voz e vez dos sujeitos dos seringais amazônicos, construindo uma Geografia Decolonial já naquela época, na qual natureza e sociedade foram compreendidas em uníssono e onde os movimentos sociais ganharam significativo protagonismo.

Associada à questão epistemológica, a contribuição teórica da Pedagogia do Território fornece à Geografia a necessidade de repensar o próprio conceito de território, chave do saber geográfico. É sabido que os geógrafos se utilizam largamente do conceito clássico de território proposto pelo francês Claude Raffestin, entretanto, poucos conhecem a contribuição fornecida pelo colombiano Arturo Escobar, por exemplo. Poucos ainda são aqueles que se utilizam da noção de território fornecida por Carlos Walter Porto-Gonçalves, Marcos Aurelio Saquet e Bernardo Mançano Fernandes⁸, por exemplo, que apesar de entenderem o território de maneiras distintas, suas concepções foram elaboradas a partir da pesquisa engajada com os processos de luta e resistência dos povos da floresta e do campo.

Lemos, interpretamos e teorizamos o nosso mundo, as nossas sociedades, nossas experiências, nossos problemas, ancorados em categorias, conceitos, teorias, línguas do norte global [...]. Olhamos o mundo pelas lentes de autores que construíram suas reflexões, em muitos casos, referenciados em realidades completamente alheias à nossa (CRUZ, 2017, p. 27).

⁷ Que teve como título “Nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira”, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁸ São igualmente relevantes as contribuições tecidas recentemente pelo geógrafo Rogério Haesbaert, que nos convida a repensar e ressignificar o conceito de território a partir da perspectiva decolonial e dos saberes latino-americanos, como discutido em Haesbaert (2020ab, 2021ab).

É preciso, pois, considerar contribuições outras que aproximem o conceito de território à realidade latino-americana e brasileira, que dialoguem com os sujeitos e os povos, não sendo uma mera abstração e transposição teórica que desconheça a própria realidade e o espaço vivido. Sendo assim, é necessário ressignificar o território, como o fazem Porto-Gonçalves (2006, 2017), Fernandes (2008, 2009), Escobar (2010, 2014), Montenegro (2010), Velásquez (2012), Aráoz (2015, 2017), Guedes (2016), Saquet (2015, 2017, 2019), Manzanal (2016) e Beuf (2017), entre outros.

Já a contribuição metodológica da Pedagogia do Território talvez seja a mais relevante para a Geografia, porque ela ensina o pesquisador a sentar-se com os sujeitos de modo a construir com a pesquisa e de forma dialógica, através da escuta sensível de suas demandas e anseios, a fim de se construir uma Ciência que seja verdadeiramente importante e possa fortalecer suas lutas e re-existências. Cruz (2017, p. 30) afirma que “as teorias, os conceitos e as interpretações do pensamento decolonial precisam dialogar com a diversidade de experiências de lutas sociais concretas”, e essa necessidade passa pelo plano metodológico, pela práxis, pelo compromisso da pesquisa com as lutas sociais concretas, com a vida dos sujeitos e dos territórios.

Descolonizar impõe o desafio da invenção, da criação de novas metodologias de investigação, bem como o desafio de trabalhar com novas formas de linguagens. Não bastam conceitos e teorias descoloniais, precisamos a construção de metodologias outras que permitam o diálogo entre distintos saberes e diferentes matrizes de racionalidades [...]. Não é possível produzir conhecimento descolonial com métodos coloniais (CRUZ, 2017, p. 31).

A Pedagogia do Território nos ensina que a pesquisa advém de uma construção e participação social compartilhada de conhecimento ligada à escuta sensível dos sujeitos, ao engajamento solidário junto aos territórios e ao diálogo de saberes, como demonstrado nos trabalhos de Rigotto (2011), Rigotto e Ellery (2011), Rigotto et al. (2012, 2015, 2018), Silva (2014), Rigotto, Leão e Melo (2018), Leão (2018), Cavalcante (2019) e Sousa (2020). Todos/as esses/as autores/as recorrem, por exemplo, à proposta metodológica da pesquisa-ação participante de Fals-Borda (2007), essencial para realizar uma pesquisa portadora de sentido para os sujeitos, que possa fortalecer seus processos de

luta e resistência, bem como diversas outras metodologias de cunho social e participativo.

É preciso, portanto, que a Geografia possa contribuir para uma maior mobilização social durante a realização das pesquisas, para que possa haver a participação efetiva das comunidades e movimentos sociais nos processos de decisões e para o fortalecimento na luta dos territórios. Isso se faz necessário com vistas a fortalecer o papel social da ciência geográfica, para que se torne um instrumento importante que contribua de maneira mais direta com os processos de luta e resistência, seja através da produção de uma pesquisa engajada seja mediante inserção do(a) geógrafo(a) nas mobilizações ao lado dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA GEOGRAFIA DECOLONIAL

A partir desse debate introdutório, procurou-se perceber como a Pedagogia do Território pode contribuir com o giro decolonial da Geografia, especialmente em âmbitos epistemológicos, teóricos e metodológicos, orientando a produção do conhecimento geográfico para o diálogo com os sujeitos e os territórios a fim de se produzir uma Geografia outra, que esteja a serviço dos povos marginalizados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, periféricos, sem-teto, sem-terra, mulheres, populações negras, pessoas LGBTQIA+ etc. Isso reafirma a necessidade da existência de uma Ciência Decolonial, que

Diferentemente de uma ciência desinteressada, descompromissada e desterrada, nossa desobediência epistêmica nos leva a uma práxis enraizada em territórios, para a qual importam o cotidiano daqueles que lutam, as histórias de vida, aqueles que constroem territórios de esperança no dia a dia (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018, p. 365).

Com isso, buscou-se fomentar o debate sobre a Geografia Decolonial, discutida por autores como Cruz (2017), Barcelos (2017) e Câmara (2017), mostrando que é sim possível descolonizar a ciência geográfica e torná-la uma ferramenta de luta, conforme defende Bartholl (2018), apontando para a realização de uma “investigação militante” e para um fazer-Geografia que possa ser verdadeiramente relevante para os sujeitos, assumindo seu papel histórico e político na leitura e transformação do mundo em que vivemos. Isso reforça a

necessidade de descolonizar o saber, o poder, o ser e a natureza, mas também o território, possibilitando descolonizar a própria Geografia.

Defende-se, assim, que a Geografia precisa ser libertadora e coadunar com os anseios dos sujeitos e dos territórios. É necessário participarmos dessa ruptura, como afirmam Rigotto et al. (2015, p. 207), que exige que adotemos uma “prática científica solidária, preocupada com a destinação social do conhecimento que produz”, contribuindo na construção de uma Geografia Decolonial que seja também crítica e insurgente, fundada sobretudo no compromisso ético-político com os mais vulneráveis. É urgente a construção de um fazer-Geografia com, a partir e para os sujeitos e os territórios, produzindo um saber verdadeiramente emancipatório.

Como dizia o poeta popular Patativa do Assaré: “É melhor escrever errado a coisa certa, do que escrever certo a coisa errada”. Os desafios estão postos e a Geografia pede, novamente, renovação! Viva a Geografia!

REFERÊNCIAS

ARÁOZ, Horacio Machado. El territorio moderno y la geografía (colonial) del capital. Una arqueología mínima. **Memoria y Sociedad**, Bogotá, n. 19, v. 39), p. 174-191, 2015.

ARÁOZ, Horacio Machado. Territorio(s), modernidad y geografía de la dominación: una mirada poscolonial. In: BEUF, Alice; AVELLANEDA, Patricia Rincón (Org.). **Ordenar los territorios: perspectivas críticas desde América Latina**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2017. p. 41-58.

BARCELOS, Eduardo. Povos e comunidades tradicionais, conflitos territoriais e lutas pela descolonização do saber, do poder e do território. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 261-269.

BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BEUF, Alice. El concepto de territorio: de las ambigüedades semánticas a las tensiones sociales y políticas. In: BEUF, Alice; AVELLANEDA, Patricia Rincón (Org.). **Ordenar los territorios: perspectivas críticas desde América Latina**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2017. p. 03-21.

CÂMARA, Marcelo Argenta. Pensar a colonialidade, praticar a descolonização: apontamentos para uma prática contra-hegemônica. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e giro**

descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 247-259.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Edit.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clasco, 2005. p. 145-162.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 79-91.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 09-24.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. “**As firmas tomaram conta de tudo**”: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe/CE. 2019. 298f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Popayán: Enviñon, 2010.

FALS-BORDA, Orlando. La Investigación-Acción en convergencias disciplinarias. **Latin American Studies Association** – LASA Forum, v. XXXVIII, n. 4, p. 17-22, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: FABRINI, João Edmilson; TOMIASI, Eliane Paulino (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-202.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FRICKER, Miranda. Rational authority and social power: towards a truly social epistemology. In: **Proceedings of the Aristotelian Society**. Aristotelian Society, 1998. p. 159-177.

FUNTOWIZCS, Silvio; RAVERTZ, Jerry. Ciência pós normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, v. 04, n. 02, p. 219-230, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 18, n. 1, p. 23-39, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, p. 141-151, 2020a.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Revista Geographia**, Niterói, v. 22, p. 75-90, 2020b.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires: CLACSO, 2021a.

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. **Revista Geographia**, Niterói, v. 23, p. 1-19, 2021b.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Edit.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clasco, 2005. p. 11-40.

LEÃO, Fernando Antônio Fontenele. **A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais**: o olhar dos moradores da comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, Ceará. 2018. 173f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de; GOMES, Joice Forte. Pedagogia do território e juventudes do campo no Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO, II, **Anais...** ENPPE, Natal, 2016.

LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de; ROCHA, Mayara Melo. O conhecimento no contexto dos conflitos ambientais e a pedagogia do território como práxis acadêmica emancipatória. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40, **Anais...** ANPOCS, Caxambu, 2016.

LEDA, Manuela Corrêa. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, Campinas, v. 23, p. 101-126, p. 2015.

MANZANAL, Mabel. Territorio, desigualdad y poder. Producción del espacio bajo los procesos de sojización dominantes en el Cono Sur latinoamericano. In: LAN, Diana (Org.). **Geografías en diálogo** - debates contemporáneos. Tandil: UNCPBA, 2016. p. 25-32.

MARTINEZ-ALIER, Joan *et al.* Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. **Journal of Political Ecology**, Arizona, v. 21, p. 19-60, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 25-46.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-34.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÑA, Ana Esther (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (Org.). **Geografia e giro**

descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 37-54.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Edit.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clasco, 2005. p. 201-246.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 93-126.

RADOMSKY, Guilherme Francisco. Colonialidade, pensamento decolonial e crítica do desenvolvimento: implicações epistemológicas e metodológicas. In: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 59-89.

RIGOTTO, Raquel et al. Conhecimento científico e popular: construindo a ecologia dos saberes. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* (Org.). **Dossiê ABRASCO** – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 196-410.

RIGOTTO, Raquel *et al.* Desvelando as tramas entre saúde, trabalho e ambiente nos conflitos ambientais: aportes epistemológicos, teóricos e metodológicos. In: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 163-214.

RIGOTTO, Raquel *et al.* O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1533-1542, 2012.

RIGOTTO, Raquel. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 01, p. 123-140, 2011.

RIGOTTO, Raquel; ELLERY, Ana Ecilda. Caminhos na produção do conhecimento: cuidados, incertezas e criação. In: RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 71-110.

RIGOTTO, Raquel; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A pedagogia do território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça**

ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 345-396.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa de. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura Sousa de. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes:** as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 2014. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOUSA, Rafaela Lopes de. **“Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência”:** territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE. 2020. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

VELÁSQUEZ, Mario Sosa. **¿Cómo entender el territorio?.** Guatemala: Editorial Cara Parens, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 47-62.

Recebido em 22 de Março de 2021

Aceito em 07 de Outubro de 2021